



EDITAL DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DE GUAPIAÇU**, por meio da sua COMISSÃO DE LICITAÇÕES, comunica aos interessados que se encontra aberto, junto ao Departamento de Licitações, licitação na modalidade **CONVITE Nº 002/2022**, visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE ASSESSORAMENTO VISANDO À IMPLEMENTAÇÃO DE REFORMA ADMINISTRATIVA, INCLUINDO A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU.**

A presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO**, regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações posteriores) e pela Lei Complementar nº 123/2006 (e suas alterações).

Os envelopes deverão ser entregues até o dia **24 de janeiro de 2022 às 09:00 horas.**

Guapiáçu, 13 de janeiro de 2022.

LUCIANI CRISTINA MARTINELLI GIMENES
PREFEITA MUNICIPAL





EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 003/2022

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CARTA CONVITE nº 002/2022

DEPARTAMENTO REQUISITANTE: ASSESSORIA DE GABINETE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE ASSESSORAMENTO VISANDO À IMPLEMENTAÇÃO DE REFORMA ADMINISTRATIVA, INCLUINDO A ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

REGÊNCIA: Lei Federal nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores) e Complementar nº 123/2006 (e suas alterações), Decreto Federal nº 9.412/2018.

DATA ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/01/2022 até às 09:00 horas.

DATA ABERTURA DOS ENVELOPES: 24/01/2022 às 09:05 horas.

1. PREÂMBULO

1.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU** torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **CONVITE Nº 002/2022**, do tipo **MENOR PREÇO**, com a finalidade abaixo indicada e regida pela Lei Federal 8.666/1993 (e suas alterações posteriores), c/c ao Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, e a Lei Complementar nº 123/2006 (e suas alterações), que se processará de acordo com as exigências e condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Os documentos relativos aos **ENVELOPES “Nº 1 - HABILITAÇÃO”** e **“Nº 2 - PROPOSTA”** serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento da licitação, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame que terá início às **09:00 horas** do dia **24 de janeiro de 2022** e com a condução dos trabalhos pela Comissão de Licitação.





1.2.1. A Prefeitura não se responsabilizará por documentos enviados via correio, e-mail e/ou por outros meios e que não forem entregues em tempo hábil no Departamento de Licitações.

1.3. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e respectivos anexos que dele fazem parte integrante.

1.4. Integram o presente edital os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta Padrão;

Anexo III - Minuta de Contrato;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo V - Modelo de Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Fato Impeditivo;

Anexo VII – Termo de Ciência e de Notificação;

Anexo VIII – Modelo de Procuração;

Anexo IX - Modelo de Retirada do Edital;

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoramento visando à implementação de reforma administrativa, incluindo a elaboração de diagnóstico da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Guapiacu através da coleta e análise da legislação existente relativa à matéria, proposição de estrutura compatível e adequada às necessidades constatadas e assessoramento para elaboração de projetos de lei necessários à implantação da nova estrutura organizacional, conforme condições e especificações, prazos e exigências constantes do presente Edital e seus anexos.

2.2. Todas as informações sobre os serviços a serem prestados, bem como a forma de atendimento estão constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

3. DO PREÇO





3.1. Estima-se o valor máximo e global desta licitação em R\$ 111.000,00 (cento e onze mil Reais), com base nos parâmetros dispostos no Anexo I, considerando o valor total para a execução dos serviços.

3.2. O valor indicado acima e no Anexo I corresponde à média de preços praticados no mercado e que foi apurado para efeito de estimativa do valor do objeto em licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendidos os fatores e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório.

3.3. Será de responsabilidade da licitante vencedora, arcar com todos os custos diretos e indiretos com funcionários, equipamentos, tais como alimentação, transporte, hospedagem e seguros para com seus funcionários envolvidos na execução do objeto, bem como seguros contra terceiros e quaisquer outros gastos que, porventura, sejam necessários à execução do objeto licitado.

3.4. A Administração poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato, a critério exclusivo, dentro dos limites da Lei, nos termos do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/1993 (e alterações posteriores).

3.5. Cada concorrente deverá computar no preço que cotará, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Além das que foram regularmente convidadas, poderão participar do certame licitatório todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que preencherem as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômica, desde que cadastradas na correspondente especialidade neste órgão, e que tenham manifestado seu interesse com antecedência de até 24 horas da data e horário indicado no preâmbulo deste instrumento.





4.1.1. A manifestação dar-se-á, por ofício, junto ao protocolo da Prefeitura Municipal de Guapiáçu, com apresentação do certificado de cadastro.

4.2. Será vedada a participação:

4.2.1. De empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, IV da Lei 8.666/1993;

4.2.2. De empresas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU, nos termos do artigo 87, III da Lei Federal nº 8.666/1993 (e posteriores alterações);

4.2.3. De quem estiver sob processo de concordata ou falência;

4.2.3.1. A participação de empresas em recuperação judicial será condicionada à apresentação do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

4.2.3.2. O Plano de Recuperação indicado no item anterior deverá ser apresentado dentro do envelope de habilitação.

4.2.4. Sob a forma de consórcio.

4.3. As propostas deverão ser entregues no Setor de Licitação, a qualquer horário e data anterior ao horário e data de abertura ou efetivar a entrega diretamente à Comissão Permanente de Licitações, no horário e local definido neste Edital.





4.3.1. No caso da empresa se enquadrar nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, deverá preencher e encartar ao credenciamento a declaração constante no Anexo IV.

4.3.2. A Comissão só aceitará Propostas até o momento da abertura do primeiro **ENVELOPE DE HABILITAÇÃO**.

4.4. A concorrente poderá ser representada no procedimento licitatório por seu(s) representante(s) legal(is), ou por procurador munido de procuração, conforme consta do ANEXO VIII – MODELO DE PROCURAÇÃO, apresentada até o início da sessão de abertura dos envelopes. A falta de representante munido de procuração não impede a participação no certame, porém a concorrente não poderá exercer, no ato da sessão, os direitos que dependam da manifestação daquele representante.

5 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

5.1. No dia, hora e local designado neste Convite, os proponentes deverão apresentar 2 (dois) envelopes, contendo o nome da empresa, endereço completo, CNPJ do proponente, tudo de forma legível, sem emendas, rasuras e/ou condições escritas à margem ou nas entrelinhas e em envelopes lacrados e indevassáveis.

5.2. A licitante deverá apresentar os documentos de habilitação e a proposta de preço, em envelopes separados, indevassáveis e lacrados, que deverão conter os seguintes dizeres em sua face externa:

<p>ENVELOPE Nº 1</p> <p>CONVITE Nº 002/2022 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU</p> <p><u>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u></p> <p>RAZÃO SOCIAL / CNPJ</p>



ENVELOPE Nº 2
CONVITE Nº 002/2022 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU
PROPOSTA DE PREÇO
RAZÃO SOCIAL / CNPJ

5.3. Os documentos constantes do **ENVELOPE N.º 01** (constantes do item 6 deste Edital), com seus prazos de validade em vigor, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, pela Comissão Permanente de Licitações ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.4. Quando não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, será considerado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão.

5.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive, no que se refere às certidões.

5.6. A falta de qualquer dos documentos solicitados neste Edital, bem como, a apresentação de documentação com ressalvas, rasuras ou entrelinhas, acarretará a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

5.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e, se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.8. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, acarretará a inabilitação do licitante.



5.9. A Comissão Permanente de Licitações poderá diligenciar efetuando consulta direta na Internet nos sites dos órgãos expedidores para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

5.10. A proposta apresentada pelas participantes no **ENVELOPE N.º 02** (conforme disposto no item 7 deste Edital) que não atenderem as exigências contidas neste Edital serão imediatamente desclassificadas pela Comissão Permanente de Licitações.

6. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 01)

6.1 Para efeitos de habilitação, todos os licitantes deverão apresentar os documentos constantes deste item e conforme abaixo relacionados:

6.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (em caso de sociedades comerciais) ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (no caso de sociedades civis), acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores ou de documento que comprove a composição da diretoria em exercício;

6.1.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa de sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Art. 29 da Lei Federal 8.666/93):

6.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);



6.1.2.2. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da instituição, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

6.1.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

6.1.2.3.1. Certidão Única (Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02/10/2014.

6.1.2.3.2. Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda **ou** Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 13/08/2010 **ou** declaração de isenção **ou** de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;

6.1.2.3.3. Prova de Regularidade de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças da sede da licitante;

6.1.2.4. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

6.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA





6.1.3.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes.

6.2.3.2. As empresas que se encontrarem em processo de recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

6.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 30 da Lei Federal 8.666/93):

6.1.4.1. Comprovação de aptidão para a execução de serviços similares e compatíveis ao objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) e/ ou certidão(ões), emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante.

6.1.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

6.1.5.1. Declaração da licitante de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo Anexo V.

6.1.5.2. Declaração da licitante assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme Anexo VI.

6.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

6.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do momento que for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Guapiáçu, para a regularização da documentação,





pagamento ou parcelamento do débito, bem como, para a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, de modo a viabilizar a assinatura do contrato.

6.2.3. Caso a regularização da documentação não seja efetivada no prazo previsto no subitem 6.2.2, o licitante decairá de seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fins de assinatura do contrato ou revogação da licitação.

6.2.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal para o momento posterior ao julgamento das propostas e ter preferência no critério de desempate quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão apresentar, também, declaração de que estão enquadradas como microempresa ou empresas de pequeno porte (conforme o caso) nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e que querem exercer a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços, conforme Anexo IV.

7. DA PROPOSTA - ENVELOPE Nº 02

7.1. O Anexo II - Modelo de Proposta Padrão, que acompanha este ato convocatório, deverá ser utilizado, preferencialmente, para a apresentação da Proposta.

7.2. Deverão estar consignados na proposta:

7.2.1. Dados Cadastrais contendo nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual, e indicação do representante legal que firma a proposta e sua assinatura;

7.2.2. Indicação do número do Processo e do Convite;

7.2.3. Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com o Anexo I deste Edital;





7.2.4. Preço total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, bem como, com a inclusão, além do lucro, de todas as despesas e custos, inclusive, custos com transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a realização do objeto da presente licitação, conforme Termo de Referência constante do Anexo I e sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAPIAÇU.**

7.2.5. Prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

7.2.6. Declaração, atestando que se compromete a executar o objeto desta licitação, dentro das especificações deste Edital e do ANEXO I e das normas legais e regulamentares aplicáveis.

7.3. Não será admitida cotação com quantidade inferior à prevista neste Edital, nem aceito preço simbólico, irrisório ou manifestamente inexecuível, nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 44 da Lei Federal n.º 8.666/1993 (e respectivas alterações).

7.4. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável, salvo em casos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do artigo 65, II, d, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5. A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste Edital, dos termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas suplementares aplicáveis.

7.6. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, digitada por meio mecânico ou eletrônico, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.



8. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO

8.1. No julgamento da presente licitação será levado em consideração o **MENOR PREÇO**.

8.2. No caso de empate, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos: (LC nº 123 art. 44, *caput*).

8.2.1. Entende-se por **empate** aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada; (LC nº 123 art. 44 parágrafo 1º).

8.2.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta mais bem classificada e enquadrada na condição do item anterior poderá apresentar proposta de preço inferior àquela mais bem classificada no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado; (LC nº 123, art. 45, inc. I)

8.2.3. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a notificação formal da classificação provisória.

8.2.4. A nova proposta deverá ser apresentada no formato exigível no item 7.2 deste edital, inserida em envelope fechado, com a indicação dos seguintes dados:

ENVELOPE DE PROPOSTA FINANCEIRA RENOVADA - LC nº 123/2006
CONVITE Nº 002/2022 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU
RAZÃO SOCIAL / CNPJ

8.2.5. Se houver equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.2.1, será realizado



sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar melhor oferta; (LC nº 123 art. 45 inc. III e LM nº 3.039).

8.2.6. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer seu direito de cobertura da proposta de menor valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no item 8.2.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito. (LC nº 123 art. 45, inc. II).

8.2.6.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.2.7. Uma vez exercido o direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, observados os limites e a forma estabelecidos neste edital, não sendo apresentada por elas proposta de preço inferior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame. (LC nº 123 art. 45 parágrafo 1º).

8.3. Caso se comprove a limitação de mercado ou o desinteresse das convidadas, fatos que serão consignados em ata pela Comissão, a licitação terá prosseguimento, mesmo sem o comparecimento mínimo de 3 (três) concorrentes em condições de propor (art. 22, § 7º, da Lei Federal nº 8.666/93).

8.4. Serão desclassificadas as empresas que não estiverem em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital.

8.5. Não serão levados em consideração às propostas que:

8.5.1. Basearem seus preços nos de outras propostas;

8.5.2. Forem subordinadas a qualquer condição não prevista neste Edital;





8.5.3. Cujo valor exceda aquele estabelecido no Anexo I deste Edital, ou que sejam manifestamente inexequíveis (artigos 40, X e 48, II e parágrafos, com a redação da Lei Federal nº. 8.666/93).

8.6. A Comissão poderá também rejeitar qualquer proposta por outros fundamentos de ordem técnica, jurídica ou administrativa, desde que mediante decisão devidamente motivada.

9. ABERTURA DO ENVELOPE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

9.1. A sessão para abertura dos envelopes e julgamento das propostas será realizada em prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis, contados da divulgação por meio de publicação no mural de publicações do Paço Municipal.

9.2. No dia **24 de janeiro de 2022 às 09:00 horas**, no Paço Municipal, será realizada a abertura dos envelopes **“HABILITAÇÃO”** e, conforme o caso, de **“PROPOSTA”**.

9.3. A Comissão Permanente de Licitações fará a verificação dos envelopes **“HABILITAÇÃO”**, de acordo com os requisitos constantes deste Edital e que deverá ser devidamente registrado na ata de julgamento.

9.4. Superada a abertura e validação dos envelopes **“HABILITAÇÃO”** e pelo julgamento definitivo dos recursos ou pela renúncia das licitantes do direito de recorrer, a Comissão Permanente de Licitações passará ao exame dos envelopes **“PROPOSTA”** apresentados.

9.5. A Comissão abrirá os envelopes de proposta das licitantes habilitadas, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente, com os fatores e critérios estabelecidos neste ato convocatório.

9.6. Ficarão inabilitadas ou desclassificadas as empresas que não atenderem as exigências constantes deste Edital.



9.7. Em caso de desistência expressa de todos os licitantes com relação ao direito de interposição de recursos relativos ao julgamento, a Comissão Permanente de Licitações poderá declarar de imediato o licitante vencedor e encaminhar ata da sessão ao Gabinete da Prefeita para os atos de Adjudicação e Homologação.

9.8. Fica reservado à Comissão de Julgamento e à Prefeita em grau superior, o direito de, a seu critério exclusivo e mesmo depois da apresentação e abertura das propostas, desclassificarem as firmas que, comprovadamente, não estejam em condições técnicas ou financeiras capazes de assegurar a execução satisfatória do objeto de licitação, rejeitar uma ou mais propostas, revogar ou anular o Processo, quando for considerada inconveniente ou não consultar aos interesses do Município, sem que caiba em qualquer caso, direito à indenização ou compensação.

9.9. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar das licitantes, em todas as fases da licitação, quaisquer esclarecimentos, informações ou dados adicionais, se entender que são necessários para o seu julgamento, sendo que os esclarecimentos não poderão implicar modificação das condições de habilitação e/ou do preço ofertado.

9.10. A Comissão reserva-se o direito de promover qualquer diligência que entenda conveniente, nos termos do § 3º, artigo 43 da Lei Federal n.º 8.666/1993 (e suas alterações).

9.11. Caso todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de três dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas no artigo 48 da Lei Federal n.º 8.666/93. (§ 3.º, artigo 48 da Lei n.º 8.666/93).

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Com antecedência superior a 2 (dois) dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste certame.



10.2. As impugnações devem ser protocoladas na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU** e dirigidas ao subscritor deste Edital.

10.2.1. Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

10.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

10.4. Em face dos atos da Comissão caberá recurso, que será endereçado à Sra. Prefeita Municipal e deverá ser apresentado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, em conformidade com os dispostos na Lei Federal nº 8.666/93, durante o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guapiáçu, junto ao Protocolo Geral, sendo processados e julgados na conformidade do art. 109 da Lei Federal 8.666/93.

10.4.1. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 2 (dois) dias úteis.

10.4.2. O recurso contra decisão da Comissão de Licitação terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4.3. Os recursos deverão ser protocolizados, no prazo supra, junto ao Setor de Protocolo, no endereço indicado no preâmbulo do presente Edital, em dias úteis, no período compreendido entre 8 e 16 horas, sob pena de configurar-se a desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.

10.4.4. Na hipótese de interposição de recurso, a Comissão de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.



10.5. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

10.6. Aplicar-se-á ao presente certame, ainda, as disposições contidas no artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/1993 (e suas alterações).

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital, conforme previsto no Anexo III.

11.1.1. O contrato será formalizado, com observância das disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 (e respectivas alterações) e dos demais atos normativos que se aplicarem ao caso, será subscrito pela autoridade competente.

11.1.2. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, prorrogáveis nos termos do Art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, e sua execução será de 120 (cento e vinte) dias, conforme etapas e cronograma constante do Anexo I, com início a partir da assinatura.

11.2. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional, da Fazenda Municipal, e/ou perante a Justiça do Trabalho, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.3. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a licitante será notificada para, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem



11.2, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de não se efetivar a contratação.

11.4. A adjudicatária deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, comparecer a sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU** para assinar o termo de contrato, sob pena de decair do direito à contratação e sofrer as penalidades previstas no artigo 81 da Lei Federal n.º 8.666/1993 (e alterações posteriores).

11.4.1. O prazo previsto no item 11.4. poderá ser prorrogado à critério exclusivo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU**.

11.5. Quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 11.2, ou se recusar a celebrar a contratação, serão convocadas as demais licitantes, de acordo com a ordem de classificação das propostas, com vistas a celebração da contratação.

11.6. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a regularidade fiscal, no prazo de cinco dias úteis a contar da declaração de vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

11.6.1. Não ocorrendo à regularização prevista no subitem anterior, facultar-se-á à Administração:

- a) a retomada, em sessão pública, dos procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4;
- b) a revogação da licitação (LC n.º 123. art. 43, § 2º).



11.7. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

11.8. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

11.9. A Administração poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato, a critério exclusivo, dentro dos limites da Lei, nos termos do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/1993 (e alterações posteriores).

11.10. O foro do contrato será o da Comarca de Guapiáçu-SP.

12. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços pertinentes ao objeto deste certame deverão ser iniciados imediatamente após a assinatura do contrato e sua execução será acompanhada por um profissional a ser designado pela Prefeitura Municipal de Guapiáçu, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

12.2. A Contratada se obriga a executar o objeto licitado conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, atendendo as normas técnicas e legais vigentes e aplicáveis.

12.3. A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº. 8.666/93).



12.4. Qualquer alteração nos serviços contratado, bem como, quaisquer outras que se façam necessárias no decorrer da execução e ainda, qualquer modificação futura, só poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Contratante de forma escrita.

12.5. Toda alteração contratual deverá ser aprovada previamente pela autoridade competente e formalizada por meio de termo de aditamento, observada a legislação pertinente.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações da Contratada:

13.1.1. Executar todos os serviços constantes do Anexo I;

13.1.2. Os serviços deverão obedecer rigorosamente às especificações técnicas, descrição, unidades e quantidades constantes do Termo de Referência (Anexo I) e demais requisitos previstos neste Edital, em seus Anexos e no Contrato que vier a ser celebrado;

13.1.3. Zelar pela fiel execução do contrato, usando todos os recursos materiais e humanos necessários;

13.1.4. Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários decorrentes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993 (e alterações posteriores);

13.1.5. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a Prefeitura Municipal de Guapiáçu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

13.1.6. Responsabilizar-se, por quaisquer erros e/ou serviços executados em desacordo com o exigido no Edital e seus Anexos, correndo por sua conta a recuperação e recomposição dos mesmos e consequente pagamento dos danos e prejuízos, que por si ou seus prepostos, vier a causar à Contratante e a terceiros.



13.1.7. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços que vierem a ser executados em razão desta licitação, nos termos da legislação vigente, sendo que a presença da fiscalização da Prefeitura Municipal não isentará a responsabilidade da Contratada;

13.1.8. Não ceder ou transferir os serviços decorrentes deste Edital e do respectivo Contrato, sob pena de rescisão e aplicação das sanções editalícia e contratuais cabíveis;

13.1.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, dentro dos limites da Lei, nos termos do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/1993 (e alterações posteriores);

13.1.10. Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados;

13.1.11. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.12. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços.

13.1.13. - Na hipótese de o serviço/objeto apresentar irregularidade não sanada será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. São obrigações da Contratante:

14.1.1. Efetuar o pagamento dos valores contratados pela execução do serviço, desde que haja a apresentação da documentação que demonstre sua regularidade fiscal;





14.1.2. Designar, por escrito, o funcionário responsável pelo acompanhamento, fiscalização e resolução de eventuais ocorrências envolvendo a execução do contrato;

14.1.3. Fiscalizar a execução do contrato.

14.1.4. Prestar todas as informações e documentação necessárias para a execução dos serviços, bem como permitir o acesso aos locais onde eles serão executados.

15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referências deste edital e serão acompanhados e recebidos por preposto ou comissão de fiscalização designada pela Prefeitura Municipal, ou através de terceiros, contratados especificamente para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

15.2. A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.3. A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº 8.666/93).

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento devido à proponente vencedora será efetuado em 04 (quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencíveis a 30, 60 e 90 dias da assinatura do contrato, sendo a última após a conclusão dos serviços.

16.1.1 – Os pagamentos serão realizados em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação e aceitação da nota fiscal correspondente e do relatório dos serviços executados, através de quitação de boleto de cobrança bancária, crédito em conta corrente ou cheque nominal a seu favor, à vista de fatura que deverá ser apresentada pela Contratada.



16.2. Em nenhuma hipótese e em tempo algum poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços propostos.

16.3. O valor a ser efetivamente pago à Contratada será o equivalente ao valor final da sua proposta, conforme registrado em ata.

16.4. Se forem constatados erros nos respectivos documentos, o prazo supramencionado só começará a fluir após a apresentação do documento corrigido, sem pagamento de encargos financeiros.

16.5. A devolução da fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a detentora suspenda a prestação dos serviços bem como para aplicação de multas, juros e correção monetária.

16.6. Quaisquer alterações nos dados para pagamento deverão ser comunicadas formalmente à CONTRATANTE, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação, salvo se comprovado, por parte da CONTRATADA, da ciência da CONTRATANTE à sua comunicação.

16.7. Nenhum pagamento isentará a empresa Contratada das responsabilidades assumidas na forma deste Edital.

16.8. Correrão por conta da contratada:

- a) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;
- b) contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias.



16.9. A Contratante, no ato do pagamento efetuará a retenção dos tributos porventura devidos, inclusive INSS e IR, no que couber.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços deste certame correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2022, observada a seguinte classificação orçamentaria: 04.122.0002.2004.0000, MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL.

18. DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

18.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- a) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

18.2. O atraso ou interrupção injustificado na execução dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93 sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

- a) atraso e/ou interrupção de até 30 (trinta) dias - multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, considerando o valor mensal do contrato;
- b) atraso e/ou interrupção de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias - multa de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao dia, considerando o valor mensal do contrato;
- c) atraso e/ou interrupção de prazo superior a 60 (sessenta) dias – estará caracterizada a inexecução total ou parcial do ajuste, sujeitando a Contratada à aplicação das sanções previstas no próximo item.

18.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; e/ou



b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

18.4. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

18.5. O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

18.6. O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

18.7. As sanções aplicadas deverão ser registradas no C.R.C. da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU**.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os interessados que desejarem cópia integral deste Edital e seus Anexos poderão retirá-lo, na **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU**, no horário de expediente das 12 às 17 horas e até o último dia útil que antecede a data de abertura da licitação.

20.2. As licitantes devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e seus anexos, bem como, de todas as condições gerais e peculiares do local em que serão executados os serviços e não poderão invocar, posteriormente, qualquer impedimento ao perfeito cumprimento do instrumento contratual que vier a ser celebrado entre as partes.

20.3. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidades entre as licitantes e, desde que, não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



20.4. Da sessão pública de processamento do Convite será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pela Comissão Permanente de Licitações e pelos licitantes presentes.

20.4.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

20.5. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado - D.O.E., assim como, todos os demais atos pertinentes a esta licitação e que forem passíveis de divulgação.

20.6. Os casos omissos do presente certame serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitações que poderá consultar outros departamentos em caso de questões de ordem técnica e, em grau superior, pela Prefeita Municipal.

20.7. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU** poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar no todo ou em parte a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caibam aos participantes quaisquer direitos, vantagens ou indenizações.

20.8. A participação nesta licitação implica aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital e seus Anexos e instruções, bem como, na observância dos regulamentos administrativos e normas legais, gerais ou especiais aplicáveis à espécie.

20.9. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Guapiaçu-SP.

Guapiaçu, 13 de janeiro de 2022.

LUCIANI CRISTINA MARTINELLI GIMENES

PREFEITA MUNICIPAL





PROCESSO Nº 003/2022 - CONVITE Nº 002/2022

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO, ETAPAS E PRAZOS DE EXECUÇÃO:

ETAPA 1 – REFORMA ADMINISTRATIVA

- Assessoramento visando à implementação de reforma administrativa com o intuito de atender às necessidades atuais da Administração Municipal, incluindo a elaboração de diagnóstico da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Guapiáçu através da coleta e análise da legislação existente relativa à matéria, proposição de estrutura compatível e adequada às necessidades constatadas e assessoramento para elaboração de projetos de lei necessários à implantação da nova estrutura organizacional.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO – 45 DIAS.

ETAPA 2 – EQUACIONAMENTO DA ESTRUTURA E DO CUSTEIO DE PESSOAL VISANDO ATENDER À NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Levantamentos dos cargos existentes e da eventual necessidade de criação, alteração ou extinção de cargos em face das demandas atuais do serviço, incluindo o estudo e análise das eventuais desconformidades normativas, e de circunstâncias a serem regularizadas, tais como o suprimento de pessoal através de contratações de autônomos, empresas, desvios de funções etc.

- Proposição de estratégia de regularização do quadro de pessoal, geral e do magistério, em face dos levantamentos realizados, de formar a prover suprimento das funções necessárias ao desenvolvimento das atividades nas diversas áreas da nova estrutura organizacional da Administração Municipal, com eventual elaboração de leis tendentes a regularizar ou reformar as carreiras de pessoal do município;

- Proposição de revisão dos estatutos de servidores e do magistério visando implantar plano de carreira atrelado à avaliação de desempenho com critérios objetivos para promoções, incluindo avaliação de desempenho em período probatório antes de aquisição de estabilidade;

- Levantamento de dados relativos ao custeio da nova estrutura proposta, com realização de enquadramento das despesas de pessoal vigentes, escoimadas de eventuais desvios em face de contratualizações irregulares, e realização de estudo de impacto orçamentário e financeiro,





nos moldes determinados na Lei de Responsabilidade Fiscal, visando à elaboração de estratégia de suprimento integral ou gradativo dos novos cargos e vagas eventualmente criados através da realização de concursos públicos, levando em consideração o enquadramento projetado para as despesas de pessoal.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO – 45 DIAS.

ETAPA 3 – REGULARIZAÇÃO NORMATIVA

- Realização de audiências, assembleias ou reuniões com servidores e com o Poder Legislativo, visando apresentar os projetos de lei decorrentes dos serviços, esclarecer dúvidas eventualmente subsistentes e coletar potenciais subsídios visando seu eventual aprimoramento;
- Elaboração final dos projetos de lei e assessoramento jurídico tendente a lograr a sua aprovação.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO – 30 DIAS.

DAS RESPONSABILIDADES

Das responsabilidades da Contratada:

- a)** Organizar-se técnica e administrativamente, de modo a cumprir com eficiência e presteza os serviços contratados;
- b)** Realizar os trabalhos de acordo com as normas técnicas aplicáveis, em estrita observância às legislações federal, estadual e municipal e a quaisquer ordens ou determinações do Poder Público;
- c)** Permitir e facilitar à Contratante, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, fornecendo todas as informações sobre as consultas realizadas;
- d)** Disponibilizar equipe composta por técnicos especializados na consecução do objeto, incluindo, no mínimo, dois advogados, dois contadores e/ou economistas e dois administradores de empresas;
- e)** Realizar reuniões com a Administração, diretamente ou através da indicação de prepostos de membros de Comissões eventualmente criadas com o fim de provimento de subsídios, deliberações, análise, fiscalização e revisão dos serviços contratados, se do estimado a



realização de no mínimo de seis reuniões, presenciais ou virtuais, conforme a conveniência e necessidades da Administração;

f) Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais técnico-especializados e habilitados, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas com o objeto da contratação;

g) Refazer, às suas expensas, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou imperfeições técnico-administrativas, salvo se decorrentes de informações e/ou documentação errôneas fornecidas pela Contratante.

A Prefeitura colocará à disposição da Contratada todas as informações e documentos necessários à execução dos serviços.

DO VALOR ESTIMADO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço máximo de aceitabilidade para a contratação do objeto do presente certame é de R\$ 111.000,00 (cento e onze mil Reais), com base na pesquisa de preços realizada junto à empresas especializadas, de acordo com os parâmetros dispostos no presente Termo de Referência.

No valor da proposta, a Contratada deverá contemplar todos os custos relativos ao transporte, em geral, deslocamentos, os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e as contribuições de qualquer natureza que se façam necessárias à perfeita execução dos serviços.

O pagamento devido à proponente vencedora será efetuado em 04 (quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencíveis a 30, 60 e 90 dias da assinatura do contrato, sendo a última após a conclusão dos serviços.

A Prefeitura não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à Contratada.

A Prefeitura não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer



dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, prorrogáveis nos termos do Art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, e estima-se sua execução em 120 (cento e vinte) dias, conforme etapas e cronograma constante do presente anexo, com início a partir da assinatura.



PROCESSO Nº 003/2022 - CONVITE Nº 002/2022

ANEXO II - PROPOSTA PADRÃO

Razão Social			
CNPJ			
Inscrição Municipal			
Endereço			
Cidade			
CEP			
Telefone		Fax	

Apresentamos nossa proposta de preços para o procedimento licitatório CARTA CONVITE Nº 002/2022 que tem como objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoramento visando à implementação de reforma administrativa com o intuito de atender às necessidades atuais da Administração Municipal, incluindo a elaboração de diagnóstico da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Guapiáçu.

Valor GLOBAL: R\$ (.....)

- ✓ **VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS**

- ✓ Declaro, sob as penas da Lei, de que o preço ofertado contempla todos os custos básicos diretos, todas as despesas indiretas, a bonificação e os benefícios da empresa, todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários à execução, assim como os encargos





sociais e trabalhistas, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução do objeto desta licitação;

✓ Declaro, sob as penas da lei, que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no edital e do ANEXO I – Termo de Referência, bem como as normas legais e regulamentares aplicáveis.

✓ DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, despesas administrativas e lucro.

Nome do Signatário: _____

Cargo: _____

RG: _____ CPF: _____

(Cidade), (Dia) de (Mês) de 2022.

(Assinatura + Carimbo da empresa proponente contendo CNPJ)





PROCESSO Nº 003/2022 - CONVITE Nº 002/2022

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE,
ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUAPIAÇU
E A EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE GUAPIAÇU/SP**, pessoa jurídica de direito público, sito à Av. Abrahão José de Lima, 572, Centro, na Cidade de Guapiacu/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 45.728.326/0001-78, neste ato representada por sua Prefeita, Sra. **Luciani Cristina Martinelli Gimenes**, brasileira, devidamente inscrita no CPF/MF sob o n.º xxxxxxxx, e portadora do RG n.º xxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na cidade de _____, na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o n.º. _____, neste ato representada por _____, portador do RG n.º. _____, inscrito no CPF n.º. _____, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei n.º. 8.666/93 e alterações posteriores, que regem o presente, e em obediência ao **Processo Administrativo n.º 003/2022**, referente à **Licitação na modalidade Carta Convite n.º 002/2022**, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se subsidiariamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos, e as demais disposições legais e regulamentais aplicáveis à espécie, especialmente a Lei Federal n.º. 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações, RESOLVEM celebrar o presente contrato mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoramento visando à implementação de reforma administrativa com o intuito de atender às necessidades atuais da Administração Municipal,





incluindo a elaboração de diagnóstico da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Guapiacu através da coleta e análise da legislação existente relativa à matéria, proposição de estrutura compatível e adequada às necessidades constatadas e assessoramento para elaboração de projetos de lei necessários à implantação da nova estrutura organizacional.

1.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as normas técnicas aplicáveis e a legislação em vigor, em observância às condições e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência e demais disposições do Edital da Carta Convite nº 002/2022, e da proposta apresentada pela Contratada, que integram o presente contrato.

1.3. É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo material a ser empregado no empreendimento, assim como o fornecimento de toda mão de obra qualificada, necessários a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA II - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. - Os serviços pertinentes ao objeto deste certame deverão ser iniciados imediatamente após a assinatura do contrato e sua execução será acompanhada por um profissional a ser designado pela Prefeitura Municipal de Guapiacu, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

2.2. A Contratada se obriga a executar o objeto licitado conforme especificações e condições estabelecidas neste contrato, na proposta apresentada pela Contratada, Edital e anexos, atendendo as normas técnicas e legais vigentes e aplicáveis.

2.3. A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da Lei Federal nº. 8.666/93).

2.4. Qualquer alteração nos serviços contratados, bem como, quaisquer outras que se façam necessárias no decorrer da execução e ainda, qualquer modificação futura, só poderão ser realizadas mediante prévia aprovação da Contratante de forma escrita.



2.5. Toda alteração contratual deverá ser aprovada previamente pela autoridade competente e formalizada por meio de termo de aditamento, observada a legislação pertinente.

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. - O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir de sua assinatura, prorrogáveis na forma do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Organizar-se técnica e administrativamente, de modo a cumprir com eficiência e presteza os serviços contratados;
- b) Realizar os trabalhos de acordo com as normas técnicas aplicáveis, em estrita observância às legislações federal, estadual e municipal e a quaisquer ordens ou determinações do Poder Público;
- c) Permitir e facilitar à Contratante, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, fornecendo todas as informações sobre as consultas realizadas;
- d) Disponibilizar equipe composta por técnicos especializados na consecução do objeto, incluindo, no mínimo, dois advogados, dois contadores e/ou economistas e dois administradores de empresas;
- e) Realizar reuniões com a Administração, diretamente ou através da indicação de prepostos de membros de Comissões eventualmente criadas com o fim de provimento de subsídios, deliberações, análise, fiscalização e revisão dos serviços contratados, se do estimado a realização de no mínimo de seis reuniões, presenciais ou virtuais, conforme a conveniência e necessidades da Administração;
- f) Empregar, na execução dos serviços contratados, apenas profissionais técnico-especializados e habilitados, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas com o objeto da contratação;



- g) Refazer, às suas expensas, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou imperfeições técnico-administrativas, salvo se decorrentes de informações e/ou documentação errôneas fornecidas pela Contratante;
- h) Zelar pela fiel execução do contrato, usando todos os recursos materiais e humanos necessários;
- i) Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários decorrentes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/1993 (e alterações posteriores);
- j) Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- k) Responsabilizar-se, por quaisquer erros e/ou serviços executados em desacordo com o exigido no Edital e seus Anexos, correndo por sua conta a recuperação e recomposição dos mesmos e conseqüente pagamento dos danos e prejuízos, que por si ou seus prepostos, vier a causar à CONTRATANTE e a terceiros;
- l) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços que vierem a ser executados em razão deste contrato, nos termos da legislação vigente, sendo que a presença da fiscalização da CONTRATANTE não isentará a responsabilidade da CONTRATADA;
- m) Não ceder ou transferir totalmente os serviços decorrentes deste Edital e do respectivo contrato, sob pena de rescisão e aplicação das sanções editalícia e contratuais cabíveis;
- n) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, dentro dos limites da Lei, nos termos do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/1993 (e alterações posteriores);
- o) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento dos valores contratados pela execução do serviço, desde que haja a apresentação da documentação que demonstre a regularidade fiscal da **CONTRATADA**;
- b) Fiscalizar a execução do contrato;





c) Prestar todas as informações e documentação necessárias para a execução dos serviços.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referências deste edital e serão acompanhados e recebidos por preposto ou comissão de fiscalização designada pela Prefeitura Municipal, ou através de terceiros, contratados especificamente para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93:

6.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a **CONTRATANTE** poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, bem como, determinar a correção e eventual substituição que se fizer necessária ou rescisão da contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento devido à proponente vencedora será efetuado em 04 (quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencíveis a 30, 60 e 90 dias da assinatura do contrato, sendo a última após a conclusão dos serviços.

7.1.1 – Os pagamentos serão realizados em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação e aceitação da nota fiscal correspondente e do relatório dos serviços executados, através de quitação de boleto de cobrança bancária, crédito em conta corrente ou cheque nominal a seu favor, à vista de fatura que deverá ser apresentada pela Contratada.

7.2. Em nenhuma hipótese e em tempo algum poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços propostos.



7.3. O valor a ser efetivamente pago à Contratada será o equivalente ao valor final da sua proposta, conforme registrado em ata.

7.4. Se forem constatados erros nos respectivos documentos, o prazo supramencionado só começará a fluir após a apresentação do documento corrigido, sem pagamento de encargos financeiros.

7.5. A devolução da fatura não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a detentora suspenda a prestação dos serviços bem como para aplicação de multas, juros e correção monetária.

7.6. Quaisquer alterações nos dados para pagamento deverão ser comunicadas formalmente à CONTRATANTE, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação, salvo se comprovado, por parte da CONTRATADA, da ciência da CONTRATANTE à sua comunicação.

7.7. Nenhum pagamento isentará a empresa Contratada das responsabilidades assumidas na forma deste Edital.

7.8. Correrão por conta da contratada:

- a) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação;
- b) contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguros e acidentes pessoais, taxas, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias.

7.9. A Contratante, no ato do pagamento efetuará a retenção dos tributos porventura devidos, inclusive INSS e IR, no que couber.

CLÁUSULA VIII - DOS REAJUSTES

8.1. – Durante a vigência do contrato, os preços propostos deverão ser fixos em real e não poderão sofrer qualquer tipo de reajustes antes de 12 (doze) meses, salvo os casos previstos por Lei, em especial



para garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, assim previsto no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA IX - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. - As despesas decorrentes da execução dos serviços deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2022, observada a seguinte classificação orçamentaria: 04.122.0002.2004.0000, MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL.

CLÁUSULA X - DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante deste contrato.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

11.1. - O não cumprimento pela **CONTRATADA** das condições estabelecidas neste Edital e no contrato que vier a ser celebrado com a **CONTRATANTE**, bem como, a prática de qualquer transgressão contratual por parte da **CONTRATADA**, sujeitará a mesma às seguintes sanções:

11.1.1. - O atraso ou interrupção injustificado na execução dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo 1º do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93 sujeitará o contratado à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

- a) atraso e/ou interrupção de até 30 (trinta) dias - multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, considerando o valor mensal do contrato;
- b) atraso e/ou interrupção de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias - multa de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao dia, considerando o valor mensal do contrato;
- c) atraso e/ou interrupção de prazo superior a 60 (sessenta) dias – estará caracterizada a inexecução total ou parcial do ajuste, sujeitando a Contratada à aplicação das sanções previstas no próximo item.

11.2. - Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:





- a) multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
- b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto pelo artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.

11.3. - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

11.4. - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

11.5. - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

11.6. - As sanções aplicadas deverão ser registradas no C.R.C. da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU**.

CLÁUSULA XII - DA RESCISÃO

12.1. - A inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na cláusula anterior e das demais consequências previstas em Lei ou em regulamento, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, independentemente de notificação prévia devendo o ato ser formalmente motivado nos autos do processo e estando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. - A rescisão motivada do contrato deverá ser fundamentada nas situações previstas no artigo 78, incisos I a XVII e respectivos §§ da Lei Federal nº 8.666/1993 (e respectivas alterações), arcando, à **PARTE** que der causa à rescisão, com as consequências contratuais e legais.

12.3. - A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** no que se refere à possibilidade de rescisão administrativa, nos termos do artigo 77 da Lei Federal nº 8.666/1993 (e alterações posteriores).



CLÁUSULA XIII - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 - O presente contrato reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/1993 (e suas alterações posteriores), bem como, pelos demais atos normativos aplicáveis.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. - A **CONTRATADA** deve ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Contrato, do Edital e do Termo de Referência, bem como, de todas as condições gerais e peculiares do local em que serão executados os serviços e não poderá invocar, posteriormente, qualquer impedimento ao perfeito cumprimento do instrumento contratual que vier a ser celebrado entre as partes.

14.2. - O extrato do presente contrato deverá ser publicado nos órgãos oficiais em atendimento ao princípio da publicidade inerente aos atos da municipalidade.

14.3. - Ficam vinculados a este contrato e passam a integrá-lo, o Edital de Licitação e seus anexos, além da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

14.4. - O presente Contrato obriga as partes contratantes e seus sucessores a qualquer título.

Cláusula XV - DA GESTÃO CONTRATUAL

15.1 - A execução do contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos do art. 67 e 73 da lei federal nº 8.666/93.

15.2 - A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato (art. 76 da lei Federal nº 8.666/93).

15.3 - A gestão do presente contrato será realizada pelo(a) Sr(a). _____, Diretor(a) do Departamento de XXXXXXXXXXXX, nos termos do artigo 67 da Lei de Licitações, ao qual competirá velar pela perfeita exação do pactuado, em conformidade com o previsto no edital, na proposta da Contratada e neste instrumento.





15.4 - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução dos serviços, o agente fiscalizador dará ciência à Contratada, bem assim das providências exigidas para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da Contratada.

15.5 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do ajuste, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aqueles provenientes de vício redibitório.

15.6 - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, caso estes afastem-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta apresentada.

CLÁUSULA XVI - DO FORO

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Guapiáçu-SP para dirimir as dúvidas e questões oriundas deste contrato ou de sua execução, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Guapiáçu, _____ de _____ de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU
CONTRATANTE





EMPRESA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

NOME:

CPF/R.G.

2. _____

NOME:

CPF/R.G.



PROCESSO Nº 003/2022 - CONVITE Nº 002/2022
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PROCESSO Nº 003/2022

CONVITE Nº 002/2022

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoramento visando à implementação de reforma administrativa com o intuito de atender às necessidades atuais da Administração Municipal, incluindo a elaboração de diagnóstico da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Guapiacu.

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), inscrita no CNPJ sob nº _____ é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (e suas alterações posteriores).

DECLARO ainda conhecer a legislação federal citada em sua integralidade e que a empresa está apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do **CONVITE Nº 002/2022**, realizado pela Prefeitura do Município de Guapiacu, Estado de São Paulo.

Local, ____ de _____ de 2022.

Representante da Empresa:

CPF/RG. nº





PROCESSO Nº 003/2022 - CONVITE Nº 002/2022
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O
MINISTÉRIO DO TRABALHO

PROCESSO Nº 003/2022

CONVITE Nº 002/2022

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoramento visando à implementação de reforma administrativa com o intuito de atender às necessidades atuais da Administração Municipal, incluindo a elaboração de diagnóstico da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Guapiaçu.

DECLARAÇÃO

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no **CONVITE Nº 002/2022**, da Prefeitura Municipal de Guapiaçu, declaro sob as penas da lei, que, nos termos do § 6º, do artigo 27, da Lei nº 6544/1989, a (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério de Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

Local, ____ de _____ de 2022.

Representante da Empresa:

CPF/RG. nº





PROCESSO Nº 003/2022 - CONVITE Nº 002/2022
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU

A/C Comissão de Licitações

PROCESSO Nº 003/2022

CONVITE Nº 002/2022

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoramento visando à implementação de reforma administrativa com o intuito de atender às necessidades atuais da Administração Municipal, incluindo a elaboração de diagnóstico da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Guapiáçu.

DECLARAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob nº XXXX, com endereço na Rua/ Avenida XXXXXX, nº XXXXX, Bairro XXXXX, na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, neste ato representada pelo seu (NOME REPRESENTANTE LEGAL/ SÓCIO/ PROCURADOR), DECLARA SOB AS PENAS DA LEI, para fins de participação no processo de licitação, na modalidade CONVITE Nº 002/2022, que não foi declarada INIDÔNEA e que não está SUSPENSA de participar de processos de licitação e/ou IMPEDIDA de contratar com a Prefeitura Municipal de Guapiáçu-SP.

A empresa se **COMPROMETE**, desde já, a comunicar a Administração Municipal a ocorrência de **FATOS SUPERVENIENTES**.

Por ser esta, a expressão da verdade, firma o presente.

Local, _____ de _____ de 2022.

Representante da Empresa:

CPF/RG. nº





PROCESSO Nº 003/2022 - CONVITE Nº 002/2022
ANEXO VII – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(Contratos)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIAÇU

CONTRATADA:

CONTRATO Nº:

OBJETO:

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*)_____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:





- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____



Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



PROCESSO Nº 003/2022 - CONVITE Nº 002/2022

ANEXO VIII - MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo(a) _____ (sócio/diretor), Sr. (a) _____, _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador(a) do RG nº _____ e do CPF n. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____.

OUTORGADO(S): Sr. (a) _____, _____ (nacionalidade), _____ (estado civil), _____ (profissão), portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____.

PODERES: ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representar a empresa no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade CONVITE nº 002/2022, podendo para tanto prestar esclarecimentos, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quando à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

_____, _____ de _____ de 2022.

Outorgante





PROCESSO Nº 003/2022 - CONVITE Nº 002/2022

ANEXO IX - COMPROVANTE DE RECEBIMENTO DE EDITAL DE LICITAÇÃO.

Declaro que, na data abaixo indicada, recebi o Edital de **CONVITE Nº 002/2022 - PROCESSO Nº 003/2022**, expedido pela Prefeitura Municipal de Guapiaçu que tem como objeto a “contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos e especializados de assessoramento visando à implementação de reforma administrativa com o intuito de atender às necessidades atuais da Administração Municipal, incluindo a elaboração de diagnóstico da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Guapiaçu através da coleta e análise da legislação existente relativa à matéria, proposição de estrutura compatível e adequada às necessidades constatadas e assessoramento para elaboração de projetos de lei necessários à implantação da nova estrutura organizacional”.

Local, ____ de _____ de 2022.

ASSINATURA

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CARIMBO DA EMPRESA: